



À Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas/PROGEP,

**DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO DIANTE DE EVENTO CLIMÁTICO EXTREMO PARA REQUERIMENTO DE
GARANTIA DE EFETIVIDADE**

Eu, _____,
SIAPE _____, servidor(a) público(a) federal, ocupante do cargo de
_____, lotado(a) no(a)
_____, DECLARO, para todos os efeitos legais, que:

Minha residência foi atingida pelo evento climático extremo de maio de 2024 e encontro-me impossibilitado(a) de cumprir minhas atribuições. Portanto, em consonância com a Portaria GAB/FURG nº 91, de 7 de junho de 2024, necessito de _____ dias (*até 45 dias*) de garantia de efetividade junto à Universidade para reorganização em virtude dos danos causados.

DECLARO, ainda, que as informações aqui prestadas são exatas e verdadeiras, além de serem de minha inteira responsabilidade, sob pena de caracterização do crime tipificado no art. 299 do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940)¹. Ademais, estou ciente de que o preenchimento desta declaração não garante a concessão da garantia de efetividade, pois essa dependerá de homologação da Progep.

_____, _____ de _____ de _____.
(Local e data)

Assinatura do(a) declarante

¹ Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Penal - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular.

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.